

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	645.524	650.665
1.01	Ativo Circulante	304.002	303.339
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.685	3.709
1.01.02	Aplicações Financeiras	58.992	82.482
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	58.992	82.482
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	58.992	82.482
1.01.03	Contas a Receber	99.233	91.916
1.01.03.01	Clientes	92.269	85.969
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.964	5.947
1.01.03.02.01	Outros créditos	6.964	5.947
1.01.04	Estoques	103.995	91.895
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.735	29.771
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.735	29.771
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições	34.735	29.771
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.766	2.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	596	690
1.01.08.03	Outros	596	690
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	596	690
1.02	Ativo Não Circulante	341.522	347.326
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.749	56.737
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.249	4.159
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	4.249	4.159
1.02.01.03	Contas a Receber	5.720	5.395
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.720	5.395
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.427	27.650
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.427	27.650
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.352	3.903
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	2.352	3.903
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.001	15.630
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	915	915
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a compensar	7.957	9.774
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	4.129	4.941
1.02.02	Investimentos	58.005	57.644
1.02.02.01	Participações Societárias	34.605	34.244
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	28.142	27.781
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	23.400	23.400
1.02.03	Imobilizado	216.581	217.100
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	188.868	189.251
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	27.713	27.849
1.02.04	Intangível	14.187	15.845
1.02.04.01	Intangíveis	14.187	15.845

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	645.524	650.665
2.01	Passivo Circulante	152.176	153.842
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.628	16.867
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.542	4.222
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.086	12.645
2.01.02	Fornecedores	40.418	41.154
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.900	40.876
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	4.518	278
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.154	16.325
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.364	2.238
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	139	128
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais e federais	2.225	2.110
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13.730	13.874
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.060	213
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	44.870	41.743
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	44.538	41.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.221	41.417
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.317	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	332	326
2.01.05	Outras Obrigações	30.106	37.753
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.225	4.665
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.225	4.665
2.01.05.02	Outros	24.881	33.088
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	0
2.01.05.02.04	Verbas diretas	2.730	2.919
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	8.522	7.056
2.01.05.02.06	Adiantamentos diversos	1.200	1.200
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	12.428	21.913
2.02	Passivo Não Circulante	161.545	170.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	121.626	127.861
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.353	115.502
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59.005	115.502
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	50.348	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.273	12.359
2.02.02	Outras Obrigações	17.366	17.433
2.02.02.02	Outros	17.366	17.433
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	8.702	8.646
2.02.02.02.04	Contas e serviços a pagar	8.664	8.787
2.02.03	Tributos Diferidos	14.993	14.942
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.993	14.942
2.02.04	Provisões	7.560	10.711
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.560	10.711
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.916	5.389
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.690	4.187
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	954	1.135
2.03	Patrimônio Líquido	331.803	325.876

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	102.905	102.831
2.03.04.01	Reserva Legal	8.169	8.169
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	74	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	94.662	94.662
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.927	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.497	24.571

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	262.397	299.431
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-172.452	-209.854
3.03	Resultado Bruto	89.945	89.577
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-80.845	-82.363
3.04.01	Despesas com Vendas	-50.155	-53.156
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.359	-22.034
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.693	-7.657
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.754	-1.590
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-3.331	-3.186
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-1.608	-2.881
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	362	484
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.100	7.214
3.06	Resultado Financeiro	-2.849	-4.068
3.06.01	Receitas Financeiras	3.756	1.869
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.605	-5.937
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.251	3.146
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-324	514
3.08.01	Corrente	-50	0
3.08.02	Diferido	-274	514
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.927	3.660
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.927	3.660
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	5.927	3.660
4.02	Outros Resultados Abrangentes	74	53
4.02.01	Realização do custo atribuído	74	53
4.03	Resultado Abrangente do Período	6.001	3.713

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.444	-2.333
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.758	11.937
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	5.927	3.660
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	6.205	5.801
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-362	-484
6.01.01.04	Resultado do ativo imobilizado baixado	15	668
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	367	178
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	906	307
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	11	-1.020
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	3.227	3.341
6.01.01.10	Constituição de IR e CS Diferidos	274	-514
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	-812	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.202	-14.270
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-6.667	-8.593
6.01.02.02	Estoques	-12.111	-29.599
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-3.147	-1.803
6.01.02.04	Créditos com controladas	1.551	-275
6.01.02.06	Outros créditos	-2.230	-1.334
6.01.02.07	Fornecedores	-416	217
6.01.02.08	Tributos a recolher	886	2.277
6.01.02.09	Salários a pagar	2.762	548
6.01.02.10	Débitos com outras partes relacionadas	560	288
6.01.02.12	Fretes a pagar	1.465	2.469
6.01.02.14	Provisão para contingências	-4.057	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-9.798	21.535
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.362	-4.863
6.02.02	Intangível	-131	-343
6.02.03	Imobilizado	-4.231	-4.520
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.708	-12.342
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	11.676	12.875
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-14.569	-8.646
6.03.05	Amortização de debêntures	0	-16.571
6.03.06	Amortização de instrumentos financeiros derivativos	-1.815	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.514	-19.538
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.191	70.809
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	61.677	51.271

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	74	5.927	-74	5.927
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.927	0	5.927
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	74	0	-74	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	74	0	-74	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	102.905	5.927	24.497	331.803

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	53	3.660	-53	3.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.660	0	3.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	53	0	-53	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	53	0	-53	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	71.767	3.660	26.202	300.103

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	287.279	336.681
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	292.791	343.209
7.01.02	Outras Receitas	-5.145	-6.350
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-5.457	-6.630
7.01.02.02	Outras receitas	312	280
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-367	-178
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-210.359	-253.172
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-172.452	-209.854
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.338	-39.094
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-130	-1.558
7.02.04	Outros	-2.439	-2.666
7.03	Valor Adicionado Bruto	76.920	83.509
7.04	Retenções	-3.331	-3.186
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.331	-3.186
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.589	80.323
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.118	2.354
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	362	484
7.06.02	Receitas Financeiras	3.756	1.870
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	77.707	82.677
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	77.707	82.677
7.08.01	Pessoal	29.812	27.111
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.232	17.236
7.08.01.02	Benefícios	5.345	5.367
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.715	1.765
7.08.01.04	Outros	3.520	2.743
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.754	1.590
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	1.250	558
7.08.01.04.03	Outros gastos	516	595
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.535	42.019
7.08.02.01	Federais	13.769	19.186
7.08.02.02	Estaduais	17.291	22.515
7.08.02.03	Municipais	475	318
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.433	9.887
7.08.03.01	Juros	6.605	5.937
7.08.03.02	Aluguéis	3.828	3.950
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.927	3.660
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.927	3.660

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	629.235	634.684
1.01	Ativo Circulante	304.706	303.947
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.841	3.898
1.01.02	Aplicações Financeiras	59.401	82.787
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	59.401	82.787
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	59.401	82.787
1.01.03	Contas a Receber	99.306	91.957
1.01.03.01	Clientes	92.269	85.977
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.037	5.980
1.01.03.02.01	Outros créditos	7.037	5.980
1.01.04	Estoques	104.018	91.918
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.765	29.801
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.765	29.801
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições	34.765	29.801
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.779	2.896
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	596	690
1.01.08.03	Outros	596	690
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	596	690
1.02	Ativo Não Circulante	324.529	330.737
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	52.772	56.760
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.249	4.159
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	4.249	4.159
1.02.01.03	Contas a Receber	5.743	5.202
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.743	5.202
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.427	27.650
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.427	27.650
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	216
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.352	3.903
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	2.352	3.903
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.001	15.630
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	915	915
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a compensar	7.957	9.774
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	4.129	4.941
1.02.02	Investimentos	23.464	23.464
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	23.400	23.400
1.02.03	Imobilizado	227.707	228.270
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	199.994	200.421
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	27.713	27.849
1.02.04	Intangível	20.586	22.243
1.02.04.01	Intangíveis	20.586	22.243

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	629.235	634.684
2.01	Passivo Circulante	145.694	147.757
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.811	17.012
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.593	4.222
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.218	12.790
2.01.02	Fornecedores	40.396	41.055
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.878	40.777
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	4.518	278
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.268	16.384
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.478	2.295
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	203	164
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	2.275	2.131
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	13.730	13.874
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.060	215
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	44.538	41.417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	44.538	41.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.221	41.417
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.317	0
2.01.05	Outras Obrigações	23.681	31.889
2.01.05.02	Outros	23.681	31.889
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1	0
2.01.05.02.04	Verbas diretas	2.730	2.919
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	8.522	7.056
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	12.428	21.914
2.02	Passivo Não Circulante	151.714	161.028
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	109.353	115.502
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	109.353	115.502
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59.005	115.502
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	50.348	0
2.02.02	Outras Obrigações	17.366	17.432
2.02.02.02	Outros	17.366	17.432
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	8.702	8.646
2.02.02.02.04	Contas e serviços a pagar	8.664	8.786
2.02.03	Tributos Diferidos	17.435	17.383
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.435	17.383
2.02.04	Provisões	7.560	10.711
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.560	10.711
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.916	5.389
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.690	4.187
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	954	1.135
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	331.827	325.899
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	102.905	102.831
2.03.04.01	Reserva Legal	8.169	8.169
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	74	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	94.662	94.662
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.927	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.497	24.571
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	24	23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	262.686	299.573
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-172.563	-209.533
3.03	Resultado Bruto	90.123	90.040
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-81.339	-83.052
3.04.01	Despesas com Vendas	-50.155	-53.156
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.446	-22.239
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.738	-7.657
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.754	-1.590
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-3.376	-3.186
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-1.608	-2.881
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.784	6.988
3.06	Resultado Financeiro	-2.478	-3.693
3.06.01	Receitas Financeiras	3.761	1.873
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.239	-5.566
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.306	3.295
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-379	365
3.08.01	Corrente	-105	-149
3.08.02	Diferido	-274	514
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.927	3.660
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.927	3.660
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.927	3.660
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.927	3.660
4.02	Outros Resultados Abrangentes	74	53
4.02.01	Realização do custo atribuído	74	53
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	6.001	3.713
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	6.001	3.713

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-15.372	-1.910
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.244	12.540
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	5.927	3.660
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	6.249	5.847
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado baixado	15	668
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	367	178
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	906	307
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	11	-1.020
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	3.307	3.414
6.01.01.10	Constituição de IR e CS Diferidos	274	-514
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado	-812	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.616	-14.450
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-6.617	-8.616
6.01.02.02	Estoques	-12.111	-29.599
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-3.147	-1.804
6.01.02.04	Créditos com controladas	1.551	-275
6.01.02.06	Outros créditos	-2.230	-1.292
6.01.02.07	Fornecedores	-413	229
6.01.02.08	Tributos a recolher	941	2.273
6.01.02.09	Salários a pagar	2.800	608
6.01.02.12	Fretes a pagar	1.465	2.469
6.01.02.14	Provisão para contingências	-4.057	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-9.798	21.557
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.362	-4.864
6.02.02	Intangível	-131	-343
6.02.03	Imobilizado	-4.231	-4.521
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.708	-12.342
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	11.676	12.875
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-14.569	-8.646
6.03.05	Amortização de debêntures	0	-16.571
6.03.06	Amortização de instrumentos financeiros derivativos	-1.815	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-24.442	-19.116
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86.684	71.190
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	62.242	52.074

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876	24	325.900
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	102.831	0	24.571	325.876	24	325.900
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	74	5.927	-74	5.927	0	5.927
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.927	0	5.927	0	5.927
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	74	0	-74	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	74	0	-74	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	102.905	5.927	24.497	331.803	24	331.827

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443	24	296.467
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443	24	296.467
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	1	1
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	1	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	53	3.660	-53	3.660	0	3.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.660	0	3.660	0	3.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	53	0	-53	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	53	0	-53	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	71.767	3.660	26.202	300.103	25	300.128

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	287.739	336.996
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	293.251	343.523
7.01.02	Outras Receitas	-5.145	-6.349
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-5.457	-6.629
7.01.02.02	Outras receitas	312	280
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-367	-178
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-210.509	-252.946
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-172.564	-209.533
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-35.357	-39.175
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-130	-1.558
7.02.04	Outros	-2.458	-2.680
7.03	Valor Adicionado Bruto	77.230	84.050
7.04	Retenções	-3.376	-3.232
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.376	-3.232
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.854	80.818
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.761	1.873
7.06.02	Receitas Financeiras	3.761	1.873
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	77.615	82.691
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	77.615	82.691
7.08.01	Pessoal	29.845	27.132
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.249	17.249
7.08.01.02	Benefícios	5.347	5.369
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.715	1.765
7.08.01.04	Outros	3.534	2.749
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.754	1.590
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	1.250	558
7.08.01.04.03	Outros gastos	530	601
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.775	42.342
7.08.02.01	Federais	13.971	19.462
7.08.02.02	Estaduais	17.291	22.515
7.08.02.03	Municipais	513	365
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.068	9.557
7.08.03.01	Juros	6.239	5.565
7.08.03.02	Aluguéis	3.829	3.992
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.927	3.660
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.927	3.660

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2012

Fortaleza – CE, 04 de maio de 2012 – A J.Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), companhia líder nacional nos mercados de farinhas para uso doméstico e misturas para bolos, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2012 (1T12). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2011 (1T11), salvo indicação contrária.

Destaques do período

- Durante o exercício de 2011, a marca Dona Benta sagrou-se campeã de vendas nas categorias farinha de trigo e misturas para bolos, doces e salgados, de acordo com o prêmio “Líderes de Vendas”, promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e Revista SuperHiper. Para chegar a este resultado, a consultoria Nielsen coletou informações nos principais supermercados do país, responsáveis por 70% do faturamento do setor, entre janeiro e novembro de 2011. Dona Benta também obteve reconhecimento no prêmio “Marcas de Destaque”, da revista Cozinha Profissional, como 1º lugar entre as mais lembradas na categoria farinha de trigo, sendo o 3º lugar alcançado pela marca Sol. Dona Benta teve destaque, ainda, com o 3º lugar na categoria fermento. A votação foi feita com mais de 44 mil leitores da publicação, especializada nos profissionais do segmento de *food service*.



- A área de Customer Service da J.Macêdo acaba de ajustar sua estrutura, para o atendimento especializado aos diferentes canais de vendas. Esta iniciativa promove a ampliação da sinergia entre Customer Service e a área de Vendas, que já vem atuando em estrutura especializada por canal. Com esta estratégia, a Companhia amplia seu foco na qualidade do serviço ao cliente e na rentabilidade do negócio.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destaques do período

- O volume de vendas de massas somou 35,0 mil toneladas, o que representou crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período no ano anterior.
- Atingimos o Lucro Bruto de R\$ 89,9 milhões, um aumento de 0,4% frente ao mesmo período no ano anterior.
- As despesas operacionais somaram R\$ 81,2 milhões, representando redução de 2,1% comparados ao mesmo período no ano anterior e redução de 6,2% frente ao 4T11.
- O EBITDA acumulado dos últimos 12 meses totalizou R\$ 69,9 milhões, apresentando um crescimento de 58,9% em relação ao mesmo período no ano anterior e de 3,4% em relação ao ano de 2011.
- A margem EBITDA representou 5,9% da Receita Líquida contra 3,7% no mesmo período no ano anterior (+ 2,2p.p.), apresentando ganho de 0,4 p.p. frente ao 4T11.
- A dívida líquida foi de R\$ 83,3 milhões, uma queda de 4,6% em relação ao mesmo período em 2011. Houve melhoria no perfil de endividamento, com financiamentos de prazos mais longos e a custos menores.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

Em janeiro foi concluída a colheita da safra de trigo do Mercosul 2011/12 com volumes de safra maiores que as previsões iniciais. Mesmo com redução de área cultivada na Argentina, Brasil e Paraguai, os rendimentos superaram as expectativas e a região gerou um excedente regional de 10 milhões de toneladas. Este excedente levou a queda dos preços locais para disputarem espaço no mercado internacional com o competitivo trigo do Leste Europeu. Na medida em que os excedentes foram sendo colocados no mercado, os preços locais reagiram encontrando estabilidade em meados de março a USD 250/t, mas em valores USD 80-100/ t abaixo dos preços praticados em igual período de 2011.

O comportamento dos preços de trigo continua seguidor dos movimentos dos mercados de milho e soja uma vez que os estoques mundiais de trigo são confortáveis. Os baixos estoques de soja e milho têm sido a fonte de sustentação dos preços das commodities agrícolas, também muito influenciadas neste período pelas variações de clima e seus impactos nas previsões da safra 2012.

A safra de trigo nacional, colhida no final de 2011, estimada em 5,8 milhões de toneladas foi comercializada com apoio do Governo Federal para garantir o pagamento dos preços mínimos oficiais aos produtores através de leilões de PEP (Prêmio de Escoamento de Produto) na comercialização de 2,3 milhões de toneladas, das quais aproximadamente 1,8 milhões foram exportadas.

O mercado de trigo, tanto no Brasil como na Argentina, permanece com seus preços finais influenciados por ações dos dois governos: pelo controle dos registros de exportação na Argentina e pela intervenção do governo brasileiro através de leilões PEP e de venda de seus estoques. A valorização das commodities agrícolas e as preocupações com a garantia de abastecimento de alimentos básicos a baixo custo têm levado os governos a intervenções cada vez mais frequentes no comércio de grãos e dificultado a elaboração de estratégias de abastecimento de maior prazo nas empresas privadas.

Nas principais fontes de abastecimento da Companhia, os preços do primeiro trimestre apresentaram o seguinte comportamento: no trigo argentino FOB, valores entre US\$ 230/t e US\$ 260/t e, no trigo nacional paranaense FOT, valores entre R\$ 440/t e R\$ 480/t. O trigo americano tipo "hard" foi cotado entre USD 275 a USD 310 FOB Golfo do México.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J.Macêdo no 1T12 caiu 4% impactada pela redução de volumes em relação à igual período de 2011. As margens ficaram melhores: 29,8% no primeiro trimestre de 2012 vs. 27,5% no primeiro trimestre de 2011.

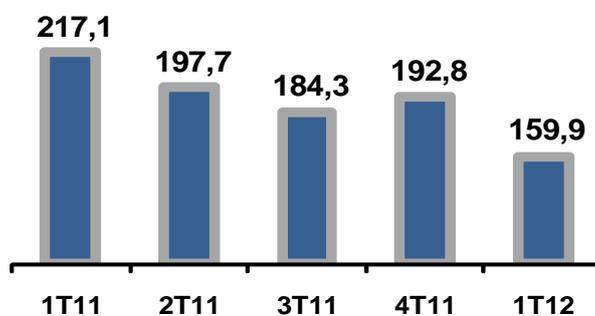
VENDAS

O volume de vendas total atingiu 159,9 mil toneladas no primeiro trimestre de 2012, um volume 26,3% menor que o mesmo período de 2011. Excluindo o volume de outros, fechamos o trimestre com 147,2 mil toneladas, 8,1% inferior que o primeiro trimestre de 2011 e 15,8% inferior que o quarto trimestre de 2011. Ressaltamos os crescimentos nas categorias de Massas, Sobremesas e Fermentos, resultado de melhoria na distribuição e no atendimento aos clientes. J.Macêdo continua firme na proteção de suas margens, cumprindo seu papel de líder nas categorias de Farinhas e Misturas na gestão de preços.

Toneladas	1T12	1T11	1T12 X 1T11 (%)	4T11	1T12 X 4T11 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	98.136	113.463	-13,5%	117.972	-16,8%
Massa	34.998	32.337	8,2%	38.549	-9,2%
Mistura para Bolo	8.938	9.105	-1,8%	12.223	-26,9%
Biscoito	4.030	4.323	-6,8%	4.746	-15,1%
Sobremesa	790	706	11,9%	953	-17,1%
Fermento	294	233	26,0%	262	12,0%
Subtotal Consumo	147.185	160.167	-8,1%	174.705	-15,8%
Outros	12.691	56.908	-77,7%	18.089	-29,8%
Total J.Macêdo	159.876	217.075	-26,3%	192.794	-17,1%

Volume de Vendas

(em toneladas)



Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO - CONSUMO

▪ Farinhas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas caiu 7,8%, enquanto a participação de mercado da J.Macêdo caiu de 26,9% para 25,7% no ano 2010 vs. 2011.

A categoria de Farinhas Domésticas representou 37,2% da receita da Companhia no 1T12. Em relação ao mesmo período de 2011, a receita recuou 15%, impactada principalmente por queda de volume. Comparada ao 4T11, a receita recuou 20%. J.Macêdo continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas e proteção de suas margens.

▪ Massas:

O mercado de Massas recuou 4,5% no ano de 2011 em relação ao ano de 2010, segundo a cobertura ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 10,0% para 9,3% no período. Nos últimos meses, houve recuperação de participação da Companhia nesta categoria em 0,6pp.

A categoria Massas representou 29,1% da receita da Companhia no 1T12. A receita da J.Macêdo subiu 12%, por aumento de volume e melhoria de mix em comparação com o 1T11. Em relação ao 4T11, a receita reduziu 6%. Buscamos volumes com margens saudáveis, por meio do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

▪ Misturas:

O mercado de Misturas apresentou retração de 2,9% em volume, segundo a ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 35,9% para 32,8% no ano 2010 vs. 2011.

Esta categoria representou 11,5% da receita da Companhia no 1T12. A receita subiu 6% comparando com o mesmo período de 2011. Em relação ao 4T11, houve queda de receita em 25%.

▪ Outras categorias:

A categoria de Biscoitos, que representou 5,8% da receita da Companhia no 1T12, teve aumento na receita de 1% em relação ao 1T11 e redução de 14% em comparação ao 4T11.

A receita da categoria de Sobremesas, que representou 3,5% da receita da Companhia no 1T12, teve aumento de 20% em relação ao 1T11 e redução de 13% comparada ao 4T11.

A categoria de Fermentos, que representou 1,8% da receita da Companhia no 1T12, apresentou aumento em receita de 18% em relação ao 1T11 e de 2% frente ao 4T11.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

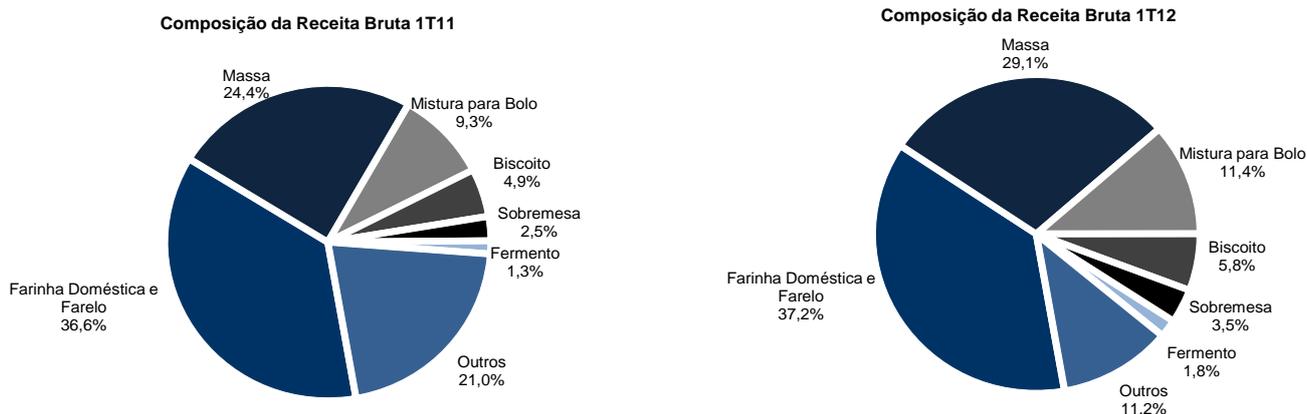
Descrição	1T12	1T11	1T12 X 1T11 (%)	4T11	1T12 X 4T11 (%)
Receita Bruta	292,8	343,2	-14,7%	361,5	-19,0%
Receita Líquida de Impostos	262,4	299,4	-12,4%	321,8	-18,5%
Lucro Bruto	89,9	89,6	0,3%	108,0	-16,8%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	34,3%	29,9%	4,4 p.p.	33,6%	-0,7 p.p.
Resultado antes do IR	6,3	3,1	103,2%	17,4	-63,8%
Margem Operacional (%)	2,4%	1,0%	1,2 p.p.	5,4%	-3,2 p.p.
EBITDA*	69,9	44,0	58,9%	67,6	3,4%
Margem EBITDA (%)*	5,9%	3,7%	2,2 p.p.	5,5%	0,4 p.p.

* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

A receita bruta no 1T12 totalizou R\$ 292,8 milhões, apresentando decréscimo de 14,7% em relação aos R\$ 343,2 milhões registrados no 1T11.

O gráfico a seguir ilustra a composição da receita bruta da Companhia nos primeiros trimestres de 2011 e de 2012:

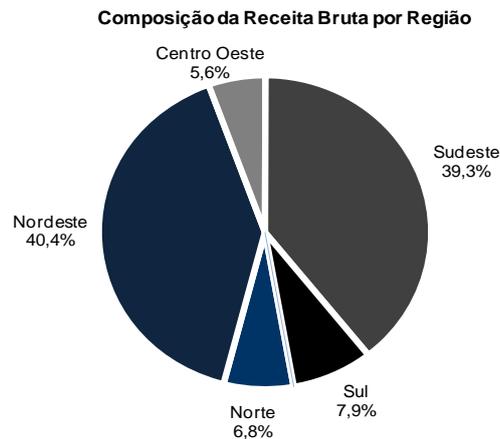


Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

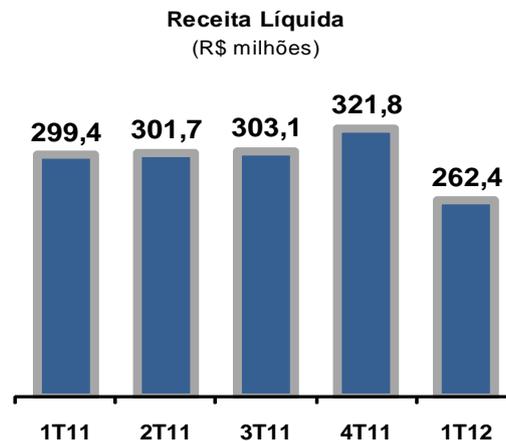
31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da J.Macêdo somou R\$ 262,4 milhões no 1T12, uma redução de 12,4% em relação ao mesmo período de 2011.



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 1T12 totalizaram R\$ 172,5 milhões, equivalentes a 65,7% da receita líquida, comparados aos R\$ 209,8 milhões (70,1% da receita líquida) registrados no 1T11.

LUCRO BRUTO

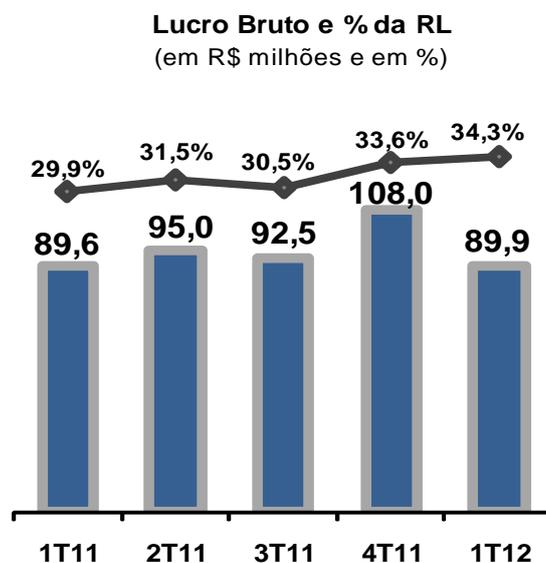
O lucro bruto do 1T12 foi de R\$ 89,9 milhões, um acréscimo de 0,4% em relação aos R\$ 89,6 milhões registrados no 1T11 e um decréscimo de 16,7% comparado com 4T11. No trimestre, este lucro representa 34,3% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 29,9%.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 1T12 totalizaram R\$ 81,2 milhões, correspondentes a 30,9% da receita líquida do mesmo período, 2,1% abaixo dos R\$ 82,9 milhões registrados no 1T11 (27,7% da receita líquida).

Excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, as despesas do 1T12 foram de R\$ 76,3 milhões, correspondentes a 29,1% da receita líquida do mesmo período, representando uma queda de 0,7% frente aos R\$ 76,8 milhões registrados no 1T11 (25,7% da receita líquida).

As despesas gerais e administrativas são impactadas por despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Despesas Operacionais	1T12	1T11	1T12 X 1T11 (%)	4T11	1T12 X 4T11 (%)
Vendas	(50,2)	(53,2)	-5,6%	(60,7)	-17,3%
Gerais e Administrativas	(24,3)	(22,0)	10,5%	(25,8)	-5,8%
Honorários da Administração	(1,8)	(1,6)	12,5%	(1,7)	5,9%
Depreciação/Amortização	(3,3)	(3,2)	3,1%	(3,2)	3,1%
Outras Despesas/ Receitas	(1,6)	(2,9)	-44,8%	4,8	N/A
Total	(81,2)	(82,9)	-2,1%	(86,6)	-6,2%

Comentário do Desempenho

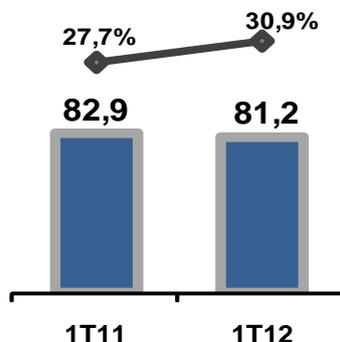
Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas Operacionais e % RL

(em R\$ milhões e em %)



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	1T12	1T11	1T12 X 1T11 (%)	4T11	1T12 X 4T11 (%)
Receitas Financeiras	1,9	1,9	0,6%	3,8	-50,5%
Despesas Financeiras	(4,7)	(5,9)	-20,3%	(8,2)	-42,3%
Total	(2,9)	(4,1)	-29,9%	(4,4)	-35,2%

No 1T12, a J.Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 2,9 milhões de despesas, comparado com R\$ 4,1 milhões no 1T11. Houve redução de juros pagos pela Companhia em função de substituição de dívida de curto prazo para recursos de longo prazo, a menores custos, com juros fixos ou indexados a TJLP, além de menor endividamento.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados anteriormente, J.Macêdo encerra o 1T12 com lucro operacional de R\$ 6,3 milhões, comparado com o lucro de R\$ 3,1 milhões registrados no 1T11.

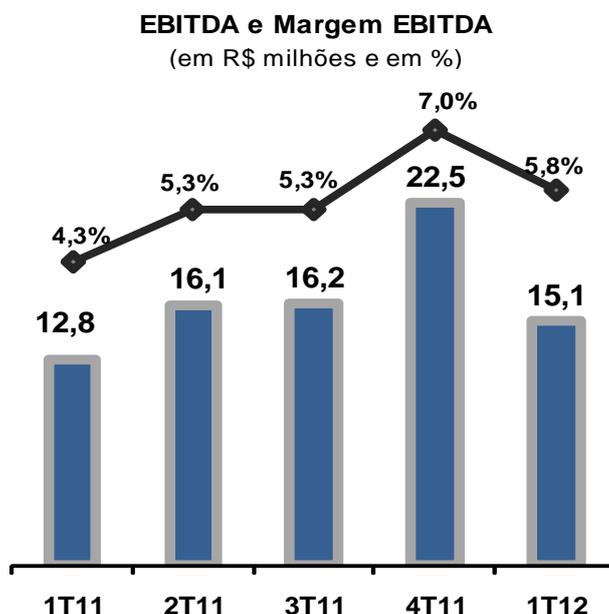
O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 1T12 totalizou R\$ 15,1 milhões, acima dos R\$ 12,8 milhões no mesmo período do ano passado. O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 69,9 milhões (margem de 5,9% da receita líquida), acima dos R\$ 67,6 milhões (5,5% da receita líquida) no ano de 2011.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Reconciliação do EBITDA Controladora	1T12	1T11
Lucro antes do IR e CS - LAIR	6,3	3,1
Depreciação/ Amortização Custos	3,1	2,9
Depreciação/ Amortização Despesas	3,3	3,2
Resultado Financeiro	2,8	4,1
Equivalência	(0,4)	(0,5)
EBITDA	15,1	12,8

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 1T12 foi de R\$ 5,9 milhões, com margem líquida de 2,2%, quando no mesmo período do ano passado o lucro líquido foi de R\$ 3,7 milhões, com margem líquida de 1,2% e no quarto trimestre de 2011 foi de R\$ 13,5 milhões, com margem líquida de 4,2%.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	1T12	1T11	1T12 X 1T11 (%)	4T11	1T12 X 4T11 (%)
Curto Prazo	44,5	64,5	-31,0%	41,4	7,5%
Empréstimos e Financiamentos	44,5	49,8	-10,6%	41,4	7,5%
Debêntures	-	14,7	-100,0%	-	N/A
Longo Prazo	109,4	78,0	40,3%	115,5	-5,3%
Empréstimos e Financiamentos	109,4	78,0	40,3%	115,5	-5,3%
Total Endividamento	153,9	142,5	8,0%	156,9	-1,9%
(-) Caixa	(65,9)	(55,2)	19,4%	(90,4)	-27,1%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(4,7)	-	N/A	(5,6)	-16,1%
Dívida Líquida	83,3	87,3	-4,6%	60,9	36,8%

Indicadores Financeiros	1T12	1T11	1T12 X 1T11 (%)	4T11	1T12 X 4T11 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	1,19	1,98	-39,9%	0,90	32,2%
Dívida Líquida/ PL	0,25	0,29	-13,8%	0,19	31,6%
Endividamento/ Ativo Total	0,24	0,22	9,1%	0,24	0,0%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no primeiro trimestre foi 36,8% maior que em dezembro de 2011 e 4,6% menor que março de 2011. Houve alongamento no perfil da dívida, representando a dívida de longo prazo 71% do total, comparado com 55% em março de 2011.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram positivos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos.

INVESTIMENTOS

No 1T12, o total de investimentos da J.Macêdo em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 4,2 milhões, uma redução de 6,7 % em relação aos R\$ 4,5 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alianças e Parcerias

Destacamos que a aliança de oito anos de parceria com a Bunge Alimentos tem resultado positivamente para a competitividade e flexibilidade da Companhia nos processos de originação e moagem de trigo e formação conjunta de uma rede de Distribuidores e *Merchandising* compartilhada.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos segue aprofundando seu trabalho estratégico como consultora do negócio na busca de resultados através da gestão de pessoas. Neste sentido, no primeiro trimestre de 2012 a área deu continuidade às iniciativas de avaliação de desempenho, divulgação de objetivos estratégicos da Companhia e gestão de clima.

Outro pilar da gestão de pessoas é o processo de treinamento e capacitação da equipe. Em 2011, a Companhia dedicou-se fortemente à capacitação de seus funcionários, com um crescimento de 53% nos treinamentos com relação a 2010. No primeiro trimestre de 2012, a área de Recursos Humanos dedicou-se ao levantamento das demandas de treinamentos necessários para dar suporte ao atingimento das metas da empresa em 2012, para a elaboração do Plano Anual de Treinamento.

Perspectivas

A Administração continuará seu processo de transformação iniciado em 2011, com consistência na sua trajetória estratégica, com foco contínuo de rentabilização das suas categorias, aos movimentos de mercado e no seu processo de profissionalização. Seguiremos construindo uma posição competitiva de baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e do canal combinada com maior eficiência na logística e na produção são os pilares para o aumento da rentabilidade da Companhia.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas de J.Macêdo S.A., informamos que os Auditores Independentes não prestaram serviços que pudessem gerar conflito de interesse.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestre findo em 31 de março de 2012

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e controladas

a. Objeto social

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas vendidas, principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões nordeste, sudeste e sul, e centros de distribuição por todo o Brasil, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, sua controlada e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

b. Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, cujo prazo é indefinido, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2 Políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As presentes informações trimestrais incluem:

- As informações trimestrais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controlada e controlada em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações trimestrais.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2012 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 4 maio de 2012.

2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais do Grupo em 31 de março de 2012 e de 2011, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		31/03/12	31/03/11
(i) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (“Tergran”)	Brasil	33,33	33,33
(ii) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A (“Pico da Caledônia”)	Brasil	99,90	99,90
(i) Tergran (sociedade de capital fechado) - investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, os quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como controle em conjunto. A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.			
(i) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de “Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.”, detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação.			

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Pico da Caledônia é uma empresa cujo objeto social é a industrialização de farinha e farelo de trigo e seus respectivos sucedâneos, subprodutos e resíduos de valor econômico; a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios e ou de terceiros. Seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

A controlada em conjunto Tergran é consolidada proporcionalmente e a controlada Pico da Caledônia é consolidada integralmente a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detidas pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado da controladora.

2.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos de suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminadas de acordo com a participação mantida nas controladas.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.3 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às taxas aplicáveis a época das realizações desses ativos e passivos, de acordo com a legislação na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.6 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando o Grupo recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas informações trimestrais ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7 *Instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda.

No período findo em 31 de março de 2012 foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, modalidade “swap”, demonstradas na Nota 26.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Grupo são Instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e recebíveis que compreendem: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e mútuo com empresas ligadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Grupo são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a empresas ligadas.

2.8 *Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa)*

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, excluídos os investimentos e outros tipos de aplicações. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 *Estoques*

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.10 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquida dos efeitos fiscais

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecido na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.13 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a companhia estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Administração da Companhia provisionou a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, o Grupo concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.17 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM ° 641, de 7 de outubro de 2010 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.18 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.19 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de março de 2012

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de março de 2012, sendo essas:

- *IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (revisado em 2011)*

Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1° de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- *IAS 28 Contabilização de investimentos em associadas e joint ventures (revisado em 2011)*

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas divulgações relacionadas a baixas*

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados.

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

- *IFRS 9 Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração*

O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. O Grupo irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- *IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas*

O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais - Envolvimento com Outras Entidades.

O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 11 - Acordos conjuntos*

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 13 - Mensuração de valor justo*

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

3 Reclassificação do imobilizado

Conforme demonstrado na nota 13, a Companhia reclassificou o saldo de benfeitorias em bens de terceiros para o grupo de edificações visando adequar a apresentação do ativo imobilizado de acordo com sua natureza. O resultado da reclassificação não teve efeitos no patrimônio e no resultado da Companhia.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***Reconciliação da nota explicativa**

	31/12/11					
	Controladora			Consolidado		
	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual	Apresentação anterior	Efeitos da reclassificação	Apresentação atual
Terrenos	11.490	-	11.490	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	76.491	8.412	84.903	77.700	8.412	86.112
Benfeitorias em bens de terceiros	8.412	(8.412)	-	8.412	(8.412)	-
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.448	-	98.448	98.872	-	98.872
Instalações	6.846	-	6.846	6.849	-	6.849
Móveis e utensílios	3.586	-	3.586	3.595	-	3.595
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.121	-	2.121	2.118	-	2.118
Veículos	5.046	-	5.046	5.046	-	5.046
Outros	2.722	-	2.722	2.722	-	2.722
Imobilizado em andamento	1.364	-	1.364	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	574	-	574	574	-	574
Total	217.100	-	217.100	228.270	-	228.270

4 Caixa, equivalentes a caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Bancos conta movimento	2.685	3.709	2.841	3.898
Aplicações financeiras:				
Circulante:				
CDB - Certificado de depósito bancário	58.992	82.482	59.401	82.787
	<u>61.677</u>	<u>86.191</u>	<u>62.242</u>	<u>86.685</u>
Não circulante:				
Fundos de renda fixa	3.507	3.421	3.507	3.421
CDB - Certificado de depósito bancário	742	738	742	738
	<u>4.249</u>	<u>4.159</u>	<u>4.249</u>	<u>4.159</u>
	<u>65.926</u>	<u>90.350</u>	<u>66.491</u>	<u>90.844</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações possuem liquidez imediata, exceto as operações que estão classificadas no não circulante, as quais foram dadas em garantia de fiança bancária de processo judicial com prazo indeterminado referente a J.Macêdo S.A - Comércio, Administração e Participações, controladora da J.Macêdo S.A.

Para elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa, o Grupo considera como caixa e equivalentes a caixa, saldo de depósitos bancários e aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

5 Contas a receber de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Clientes no país	100.011	93.603	100.011	93.611
Desconto de verbas contratuais	(6.488)	(6.747)	(6.488)	(6.747)
Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(1.254)</u>	<u>(887)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(887)</u>
	<u>92.269</u>	<u>85.969</u>	<u>92.269</u>	<u>85.977</u>

O desconto de verbas contratuais de clientes será deduzido dos respectivos valores das faturas em aberto.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Prazo:				
A vencer	95.665	90.505	95.665	90.513
1 a 30 dias	2.319	1.767	2.319	1.767
31 a 60 dias	268	220	268	220
61 a 90 dias	586	179	586	179
91 a 120 dias	106	53	106	53
121 a 150 dias	73	138	73	138
151 a 180 dias	170	82	170	82
Vencidos há mais de 180 dias	824	659	824	659
	<u>100.011</u>	<u>93.603</u>	<u>100.011</u>	<u>93.611</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está assim representada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Saldo inicial	(887)	(911)	(887)	(911)
Constituição de provisão	(367)	(748)	(367)	(748)
Reversões e baixas	-	772	-	772
Saldo final	<u>(1.254)</u>	<u>(887)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(887)</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***6 Partes relacionadas**

As demonstrações financeiras incluem as informações financeiras do Grupo, relacionadas na Nota 2.1.

O quadro a seguir apresenta os saldos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Companhias				
Ativo não circulante - Contratos mútuos				
J. Macêdo Alimentos S.A.	<u>2.352</u>	<u>3.903</u>	<u>2.352</u>	<u>3.903</u>
	<u>2.352</u>	<u>3.903</u>	<u>2.352</u>	<u>3.903</u>
Passivo circulante - Contratos mútuos				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	<u>5.225</u>	<u>4.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.225</u>	<u>4.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo Alimentos S.A.
- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (Vide Nota 2.1)

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa ligada

A empresa CIPOLIN S.A., com sede no Uruguai, faz o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Notas 1 e 2.1, por prazo indeterminado.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

Sobre os saldos a receber entre as empresas do Grupo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos trimestres em questão:

	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Companhias				
Cipolin S.A. (1)	26.083	8.018	26.083	8.018
Pico da Caledônia S.A.	482	487	-	-
Tergran Ltda.	300	619	-	-
	<u>26.865</u>	<u>9.124</u>	<u>26.083</u>	<u>8.018</u>

(1) Importação de trigo fundamentalmente da Argentina, Uruguai e Paraguai, a preço de mercado. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No primeiro trimestre de 2012, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 1.754 (No primeiro trimestre de 2011: R\$ 1.590).

Avais e garantias

A Companhia concedeu garantia de fiança bancária, cujo valor em 31 de março de 2012 era de R\$ 4.249 (31 de dezembro de 2011: R\$ 4.159), para a J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, conforme citado na Nota 4.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes e notas promissórias emitidas pela Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 14,59% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados na nota 16.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***7 Estoques**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Matéria prima	44.347	30.955	44.347	30.955
Importações em andamento	24	1.704	24	1.704
Produtos em processo	1.239	1.429	1.239	1.429
Produtos acabados	34.578	33.203	34.578	33.203
Materiais de produção	15.392	16.474	15.392	16.474
Materiais de manutenção e outros	5.260	5.186	5.283	5.209
Adiantamentos a fornecedores (a)	<u>3.155</u>	<u>2.944</u>	<u>3.155</u>	<u>2.944</u>
	<u>103.995</u>	<u>91.895</u>	<u>104.018</u>	<u>91.918</u>

(a) Substancialmente representados por adiantamentos a fornecedores de trigo.

A movimentação da provisão para perdas em estoques para trimestres findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está assim representada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Saldo inicial	(791)	(851)	(791)	(851)
Adições	(1.791)	(6.987)	(1.791)	(6.987)
Reversões e baixas	<u>1.780</u>	<u>7.047</u>	<u>1.780</u>	<u>7.047</u>
Saldo final	<u>(802)</u>	<u>(791)</u>	<u>(802)</u>	<u>(791)</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***8 Impostos e contribuições sociais a compensar**

	Controladora					
	31/03/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	16.570	6.497	23.067	15.402	6.645	22.047
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.748	1.335	3.083	2.181	1.272	3.453
Imposto de renda a compensar	3.023	-	3.023	2.467	-	2.467
PIS e COFINS a compensar	12.554	125	12.679	9.200	1.857	11.057
Outros impostos e contribuições	840	-	840	521	-	521
	<u>34.735</u>	<u>7.957</u>	<u>42.692</u>	<u>29.771</u>	<u>9.774</u>	<u>39.545</u>
	Consolidado					
	31/03/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	16.570	6.497	23.067	15.402	6.645	22.047
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.748	1.335	3.083	2.181	1.272	3.453
Imposto de renda a compensar	3.053	-	3.053	2.497	-	2.497
PIS e COFINS a compensar	12.554	125	12.679	9.200	1.857	11.057
Outros impostos e contribuições	840	-	840	521	-	521
	<u>34.765</u>	<u>7.957</u>	<u>42.722</u>	<u>29.801</u>	<u>9.774</u>	<u>39.575</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrada pela alíquota efetiva. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	21.287	21.307	21.287	21.307
Diferenças temporárias:				
Provisão para perda ao valor recuperável	349	247	349	247
Provisão para perdas com estoques	223	220	223	220
Provisão para contingências	2.103	2.979	2.103	2.979
Programa de participação no resultado	1.545	1.252	1.545	1.252
Outras provisões	1.920	1.645	1.920	1.645
Total diferido ativo	<u>27.427</u>	<u>27.650</u>	<u>27.427</u>	<u>27.650</u>
Ágio Chiarini	(919)	(830)	(919)	(830)
Ganho operação "swap"	(1.798)	(1.798)	(1.798)	(1.798)
Ajuste de avaliação patrimonial	(10.236)	(10.274)	(12.678)	(12.715)
Valor justo propriedades para investimentos	(2.040)	(2.040)	(2.040)	(2.040)
Total diferido passivo	<u>(14.993)</u>	<u>(14.942)</u>	<u>(17.435)</u>	<u>(17.383)</u>
Total dos impostos diferidos líquidos	<u>12.434</u>	<u>12.708</u>	<u>9.994</u>	<u>10.267</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***Reconciliação do diferido**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Saldo inicial	12.708	13.085	10.267	10.644
Constituição/ realização	(544)	2.413	(544)	2.413
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(20)	(440)	(20)	(440)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	37	813	38	813
Ganho/ Perda operação "swap"	253	(1.798)	253	(1.798)
Valor justo propriedades para investimentos	-	(2.040)	-	(2.040)
Reversão Refis IV (Nota 17)	-	675	-	675
	<u>12.434</u>	<u>12.708</u>	<u>9.994</u>	<u>10.267</u>

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia o imposto de renda e a contribuição social diferidos, serão realizados nos seguintes prazos:

	31/03/12	31/12/11
2012	1.991	2.214
2013	3.268	3.268
A partir de 2014 até 2016	<u>22.168</u>	<u>22.168</u>
	<u>27.427</u>	<u>27.650</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Corrente				
Imposto de renda	(35)	(921)	(74)	(1.319)
Contribuição social	<u>(15)</u>	<u>(297)</u>	<u>(31)</u>	<u>(451)</u>
	<u>(50)</u>	<u>(1.218)</u>	<u>(105)</u>	<u>(1.770)</u>
Diferidos				
Imposto de renda e contribuição social	<u>(274)</u>	<u>(933)</u>	<u>(274)</u>	<u>(933)</u>
	<u>(324)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>(379)</u>	<u>(2.703)</u>

10 Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de março de 2012, refere-se, basicamente, a um terreno recebido como quitação de dívida, no montante de R\$ 915 (31 de dezembro de 2011: R\$ 915), situado em Bayeux - PB.

11 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Participações em empresas controlada e controlada em conjunto	28.142	27.781	-	-
Ágio (Nota 14)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	<u>64</u>	<u>64</u>	<u>64</u>	<u>64</u>
	<u>34.605</u>	<u>34.244</u>	<u>64</u>	<u>64</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>31/03/12</u>		<u>31/12/11</u>	
	Tergran	Pico da Caledônia	Tergran	Pico da Caledônia
Informações sobre as investidas:				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999	2.193.000	999
Participação no capital total e votante:	33,33%	99,90%	33,33%	99,90%
Capital social	9.204	18.389	9.204	18.389
Patrimônio líquido	9.997	23.559	10.005	24.469
Lucro líquido do período/ exercício	(8)	365	775	1.342
	<u>31/03/12</u>		<u>31/12/11</u>	
Movimentação dos investimentos	Tergran	Pico da Caledônia	Total	Total
Saldo inicial	3.335	24.446	27.781	28.045
Distribuição de lucros	-	-	-	(1.861)
Equivalência patrimonial	(3)	364	361	1.600
Outros	-	-	-	(3)
Saldo final	<u>3.332</u>	<u>24.810</u>	<u>28.142</u>	<u>27.781</u>

12 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada. O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653. No trimestre findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu no resultado R\$ 6.000, decorrente da variação no valor justo dos referidos imóveis. Durante o primeiro trimestre de 2012, não houve variação nesta conta.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***13 Imobilizado****a. Controladora****a.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação -%	31/03/12			31/12/11		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	9.980	-	9.980	11.490	-	11.490
Edificações e outros imóveis	3,6	153.557	(69.030)	84.527	154.937	(70.034)	84.903
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	186.303	(86.800)	99.503	181.039	(82.591)	98.448
Instalações	8	10.597	(3.458)	7.139	10.246	(3.400)	6.846
Móveis e utensílios	15	7.473	(4.902)	2.571	9.855	(6.269)	3.586
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.859	(4.884)	1.975	6.801	(4.680)	2.121
Veículos	19,6	5.457	(430)	5.027	5.289	(243)	5.046
Outros	14	6.446	(3.050)	3.396	3.709	(987)	2.722
		<u>386.672</u>	<u>(172.554)</u>	<u>214.118</u>	<u>383.366</u>	<u>(168.204)</u>	<u>215.162</u>
Imobilizado em andamento	-	2.078	-	2.078	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores	-	385	-	385	574	-	574
		<u>389.135</u>	<u>(172.554)</u>	<u>216.581</u>	<u>385.304</u>	<u>(168.204)</u>	<u>217.100</u>

a.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/03/12
Terrenos	11.490	-	-	(1.510)	-	9.980
Edificações e outros imóveis	84.903	533	-	45	(954)	84.527
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.448	2.038	(7)	1.531	(2.507)	99.503
Instalações	6.846	224	-	303	(234)	7.139
Móveis e utensílios	3.586	139	-	(1.062)	(92)	2.571
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.121	85	-	(27)	(204)	1.975
Veículos	5.046	169	-	(1)	(187)	5.027
Outros	2.722	102	(8)	819	(239)	3.396
Imobilizado em andamento	1.364	851	-	(137)	-	2.078
Adiantamento a fornecedores	574	90	(318)	39	-	385
	<u>217.100</u>	<u>4.231</u>	<u>(333)</u>	<u>-</u>	<u>(4.417)</u>	<u>216.581</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***b. Consolidado****b.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação -%	31/03/12			31/12/11		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	19.508	-	19.508	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	3,6	156.291	(70.579)	85.712	157.697	(71.585)	86.112
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	188.572	(88.664)	99.908	183.308	(84.436)	98.872
Instalações	8	10.893	(3.751)	7.142	10.542	(3.693)	6.849
Móveis e utensílios	15	7.506	(4.926)	2.580	9.887	(6.292)	3.595
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.955	(4.984)	1.971	6.801	(4.683)	2.118
Veículos	19,6	5.457	(430)	5.027	5.289	(243)	5.046
Outros	14	6.446	(3.050)	3.396	3.709	(987)	2.722
		<u>401.628</u>	<u>(176.384)</u>	<u>225.244</u>	<u>398.251</u>	<u>(171.919)</u>	<u>226.332</u>
Imobilizado em andamento		2.078	-	2.078	1.364	-	1.364
Adiantamento a fornecedores		385	-	385	574	-	574
		<u>404.091</u>	<u>(176.384)</u>	<u>227.707</u>	<u>400.189</u>	<u>(171.919)</u>	<u>228.270</u>

b.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/11	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/03/12
Terrenos	21.018	-	-	(1.510)	-	19.508
Edificações e outros imóveis	86.112	533	-	45	(978)	85.712
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	98.872	2.038	(7)	1.531	(2.526)	99.908
Instalações	6.849	224	-	303	(234)	7.142
Móveis e utensílios	3.595	139	-	(1.062)	(92)	2.580
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.118	85	-	(27)	(205)	1.971
Veículos	5.046	169	-	(1)	(187)	5.027
Outros	2.722	102	(8)	819	(239)	3.396
Imobilizado em andamento	1.364	851	-	(137)	-	2.078
Adiantamento a fornecedores	574	90	(318)	39	-	385
	<u>228.270</u>	<u>4.231</u>	<u>(333)</u>	<u>-</u>	<u>(4.461)</u>	<u>227.707</u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas externos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído a administração do Grupo avaliou todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, vem sendo realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

Ativos concedidos em garantias

Parte do ativo imobilizado foi cedido para garantia dos empréstimos e financiamentos, conforme na Nota 16, e para contingências.

c. Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui certos contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil são classificadas como arrendamentos.

A Companhia estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos alugueis.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

c.1 Ativo imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”):

Tipo	Prazo do contrato (anos)	31/03/12			31/12/11		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos industriais:							
Custo original	21 e 22	45.310	(34.734)	10.776	45.310	(34.572)	10.738
Complemento:							
Custo atribuído	-	19.191	(2.253)	16.938	19.191	(2.080)	17.111
		<u>64.501</u>	<u>(36.987)</u>	<u>27.713</u>	<u>64.501</u>	<u>(36.652)</u>	<u>27.849</u>

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

c.2 Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Vencimento	31/03/12		
	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2012	1.337	(1.091)	246
2013 a 2015	5.349	(4.200)	1.149
Após 2015	<u>22.627</u>	<u>(11.417)</u>	<u>11.210</u>
	<u>29.313</u>	<u>(16.708)</u>	<u>12.605</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

31/12/11			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2012	1.783	(1.457)	326
2013 a 2015	5.349	(4.200)	1.149
Após 2015	<u>22.627</u>	<u>(11.417)</u>	<u>11.210</u>
	<u>29.759</u>	<u>(17.074)</u>	<u>12.685</u>

c.3 Contas de resultado

No trimestre findo em 31 de março de 2012, a Companhia registrou no resultado, R\$ 162 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 162) de despesas de depreciação, R\$ 367 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 372) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 446 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 446).

d. Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamento classificados como operacionais possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos
2012	3.767
2013	4.685
2014 em diante	<u>4.587</u>
	<u>13.039</u>

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no primeiro trimestre de 2012 foi de R\$ 2.841 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 2.207).

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***14 Intangível**

	Controladora	Consolidado		
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2011	37.868	6.399	37.868	44.267
Adições - Desenvolvimento interno	131	-	131	131
Transferências	-	-	-	-
Em 31 de março de 2012	37.999	6.399	37.999	44.398
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2011	(22.024)	-	(22.024)	(22.024)
Amortização	(1.788)	-	(1.788)	(1.788)
Em 31 de março de 2012	(23.812)	-	(23.812)	(23.812)
Valor contábil líquido:				
Em 31 de março de 2012	14.187	6.399	14.187	20.586
Em 31 de dezembro de 2011	15.844	6.399	15.844	22.243

(a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia realizou o teste de valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e, como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

(b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***15 Fornecedores**

Refere-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 7 a 60 dias.

16 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a.)	31/03/12	31/12/11
Capital de giro (1)	Pré-fixado	11,25%	10.045	17.577
FINAME (2)	Pré-fixado e TJLP	5,5%	1.224	1.662
	Pré-fixado, TJLP e			
FINEM BNDES (2)	moedas	2,45% a 4,5%	74.254	76.149
Crédito Rural	Pré-fixado	6,75%	13.705	4.769
Empréstimos em Moeda Estrangeira(1) e (3)	Pré-fixado	3,33%	<u>54.663</u>	<u>56.762</u>
			153.891	156.919
Circulante			<u>(44.538)</u>	<u>(41.417)</u>
Não circulante			<u>109.353</u>	<u>115.502</u>

(1) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.

(2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

(3) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme Nota 26.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/03/12	31/12/11
2013	47.678	42.831
2014	30.634	31.002
A partir de 2015	<u>31.041</u>	<u>41.669</u>
	<u>109.353</u>	<u>115.502</u>

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

17 Tributos a recolher

	Controladora					
	31/03/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	10.981	-	10.981	10.712	-	10.712
PIS e COFINS	28	-	28	31	-	31
IRPJ e CSSL	139	-	139	128	-	128
Parcelamento ICMS a recolher	684	-	684	921	-	921
Diferimento ICMS (PROVIN)	2.066	2.395	4.461	2.241	2.284	4.525
REFIS IV (a)	1.716	6.307	8.023	1.680	6.362	8.042
INSS retido	476	-	476	399	-	399
ISS retido	148	-	148	213	-	213
Outros	916	-	916	-	-	-
Total	<u>17.154</u>	<u>8.702</u>	<u>25.856</u>	<u>16.325</u>	<u>8.646</u>	<u>24.971</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Consolidado					
	31/03/12			31/12/11		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	10.981	-	10.981	10.712	-	10.712
PIS e COFINS	78	-	78	46	-	46
IRPJ e CSSL	203	-	203	169	-	169
Parcelamento ICMS a recolher	684	-	684	921	-	921
Diferimento ICMS (PROVIN)	2.066	2.395	4.461	2.241	2.284	4.525
REFIS IV (a)	1.716	6.307	8.023	1.680	6.362	8.042
INSS retido	476	-	476	399	-	399
ISS retido	148	-	148	215	-	215
Outros	916	-	916	-	-	-
Total	17.268	8.702	25.970	16.383	8.646	25.029

(a) REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macedo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Em 29 de junho de 2011, a Receita Federal consolidou a dívida da Companhia, totalizando R\$ 57.966, que, após a redução legal de R\$ 14.302 e compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, no montante de R\$ 20.621, resultou numa dívida líquida de R\$ 19.348.

O saldo atualizado da dívida em 31 de março de 2012 é de R\$ 19.439, que deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 11.417, também atualizados até esta data, reduzindo esta obrigação para R\$ 8.022, após a compensação dos referidos depósitos.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(b) Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/12	31/12/11
2013	4.110	3.964
2014	1.716	1.680
A partir de 2015	<u>2.876</u>	<u>3.002</u>
	<u><u>8.702</u></u>	<u><u>8.646</u></u>

18 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais	2.032	11.477	2.032	11.477
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (a)	9.840	10.624	9.840	10.624
Contas a pagar por serviços prestados	7.152	5.630	7.152	5.630
Outros	<u>2.068</u>	<u>2.969</u>	<u>2.068</u>	<u>2.969</u>
	<u>21.092</u>	<u>30.700</u>	<u>21.092</u>	<u>30.700</u>
Circulante	(12.428)	(21.913)	(12.428)	(21.913)
Não circulante	8.664	8.787	8.664	8.787

(a) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda, pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, parte incide a variação do IGPM e parte a variação do CDI.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	31/03/12	31/12/11
2013	1.771	1.728
2014	1.771	1.728
A partir de 2015	<u>5.122</u>	<u>5.331</u>
	<u>8.664</u>	<u>8.787</u>

19 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Tributárias (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 1º de outubro de 2011	4.376	4.197	1.050	9.623
Provisões	937	281	242	1.460
Reversão de provisões	(199)	(270)	(172)	(641)
Pagamentos/ Depósitos	-	(139)	-	(139)
Encargos financeiros	275	118	15	408
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.389</u>	<u>4.187</u>	<u>1.135</u>	<u>10.711</u>
Provisões	462	460	229	1.151
Reversão de provisões	-	(24)	(414)	(438)
Pagamentos/ Depósitos	(3.993)	(64)	-	(4.057)
Encargos financeiros	58	131	4	193
Saldo em 31 de março de 2012	<u>1.916</u>	<u>4.690</u>	<u>954</u>	<u>7.560</u>

(a) Tributárias

Em 31 de março de 2012, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 157.400 (31 de dezembro de 2011: R\$ 162.270), que (i) R\$ 1.916 (31 de dezembro de 2011: R\$ 5.389) referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; (ii) R\$ 116.930 (31 de dezembro de 2011: R\$ 114.175) referem-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 40.077 (31 de dezembro de 2011: R\$ 42.706) referem-se à chance remota de perda em diversas ações.

Do total das contingências tributárias R\$ 71.283 (31 de dezembro de 2011: R\$ 77.112) é relativo a tributos federais; R\$ 85.489 (31 de dezembro de 2011: R\$ 83.049) é relativo a impostos estaduais e R\$ 627 (31 de dezembro de 2011: R\$ 2.109) é relativo a tributos municipais.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 31 de março de 2012, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 25.932 (31 de dezembro de 2011: R\$ 24.521). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 4.690 (31 de dezembro de 2011: R\$ 4.187) referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 16.539 (31 de dezembro de 2011: R\$ 15.154) referem-se à chance possível de perda.

Em 31 de março de 2012, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 4.281 (31 de dezembro de 2011: R\$ 3.904).

(c) Cíveis e administrativas

Em 31 de março de 2012, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.847 (31 de dezembro de 2011: R\$ 8.447). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 954 (31 de dezembro de 2011: R\$ 1.135) referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 6.290 (31 de dezembro de 2011: R\$ 6.503) referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo, entre outros, a ações de representantes comerciais e ações de cobranças fundadas em motivos variados.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Subvenções governamentais (Controladora)

a. ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5%, por 05 (cinco) anos, desde o ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Durante o primeiro trimestre de 2012 e 2011, a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo base para cálculo do lucro da exploração.

b. Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela diferida, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Durante o primeiro trimestre de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 3.299 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 1.517).

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o primeiro trimestre de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 2.651 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 2.636).

d. Estado de Alagoas

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, tanto para a fabricação de massas alimentícias quanto para a fabricação de farinha doméstica para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os Incentivos Governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Durante o primeiro trimestre de 2012, este incentivo fiscal totalizou R\$ 202 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 308).

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***e. Estado da Paraíba**

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (“FAIN”).

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários da unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB. O benefício consiste na concessão de um desconto de 27,27% do valor do ICMS devido ao Estado da Paraíba nos termos do artigo 4º, inciso II do Decreto 21.728/01, suas alterações e revogado pelo Decreto nº 31.382/10, publicado no DOE de 25.06.10. O desconto é operado mediante o Regime Especial, em valor correspondente à subvenção pactuada.

Durante o primeiro trimestre de 2012, este incentivo totalizou R\$ 168 (primeiro trimestre de 2011: R\$ 115).

21 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	31/03/12	31/12/11
Capital social - Em Reais mil	<u>197.873</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u><u>21.832.197</u></u>	<u><u>21.832.197</u></u>

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe “B”, foram subscritas com recursos do “Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR”, e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe “B” farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluídas as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b. Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

c. Reserva de capital - Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda.

d. Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 2.6.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é realizado na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre as mais valias contabilizadas por sua controlada Píco da Caledônia.

f. Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

22 Receita operacional líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receita operacional bruta	292.791	343.209	293.250	343.524
Impostos, descontos e abatimentos	<u>(30.394)</u>	<u>(43.778)</u>	<u>(30.564)</u>	<u>(43.951)</u>
	<u>262.397</u>	<u>299.431</u>	<u>262.686</u>	<u>299.573</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Venda de ativos	312	220	312	220
Custos dos estoques reconhecidos como despesa	(130)	(1.555)	(130)	(1.555)
Contingências líquidas (Nota 19)	(486)	(758)	(486)	(758)
Provisão para redução ao valor recuperável	(367)	(176)	(367)	(176)
Outras despesas	<u>(937)</u>	<u>(612)</u>	<u>(937)</u>	<u>(612)</u>
Total de outras despesas, líquidas	<u>(1.608)</u>	<u>(2.881)</u>	<u>(1.608)</u>	<u>(2.881)</u>

24 Despesas financeiras, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Despesas de juros	(5.465)	(4.221)	(5.099)	(3.850)
Variações monetárias e cambiais passivas	(508)	(706)	(508)	(706)
Outras despesas financeiras	-	(183)	-	(183)
Descontos concedidos	(206)	(433)	(206)	(433)
Tarifas bancárias	(338)	(311)	(338)	(311)
IOF	<u>(88)</u>	<u>(83)</u>	<u>(88)</u>	<u>(83)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(6.605)</u>	<u>(5.937)</u>	<u>(6.239)</u>	<u>(5.566)</u>

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Receitas de juros	1.717	1.083	1.722	1.087
Descontos obtidos	257	140	257	140
Ganho com swap	1.039	-	1.039	-
Variações monetárias e cambiais ativas	165	627	165	627
Outras receitas financeiras	<u>578</u>	<u>19</u>	<u>578</u>	<u>19</u>
Total das receitas financeiras	<u>3.756</u>	<u>1.869</u>	<u>3.761</u>	<u>1.873</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.849)</u>	<u>(4.068)</u>	<u>(2.478)</u>	<u>(3.693)</u>

25 Benefícios a empregados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Ordenados e salários	(13.896)	(12.278)	(14.072)	(12.412)
Custos de previdência social	(5.828)	(5.089)	(5.884)	(5.131)
Participação nos resultados (Nota 6)	<u>(1.250)</u>	<u>(558)</u>	<u>(1.250)</u>	<u>(558)</u>
Total	<u>(20.974)</u>	<u>(17.925)</u>	<u>(21.206)</u>	<u>(18.101)</u>

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a. Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Os valores justos das aplicações financeiras e os financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

uma venda ou liquidação forçada.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros por categoria da Companhia:

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Ativos financeiros destinados a venda				
Aplicações financeiras	63.241	86.641	63.241	86.946
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	92.269	85.969	92.269	85.969
Caixa e equivalente de caixa	2.685	3.709	2.685	3.898
Ativos financeiros derivativos				
Operação de “swap”	<u>4.725</u>	<u>5.631</u>	<u>4.725</u>	<u>5.631</u>
	<u>162.920</u>	<u>181.950</u>	<u>162.920</u>	<u>182.444</u>
Passivos financeiros				
Contas a pagar a fornecedores	40.418	41.154	40.418	41.154
Empréstimos e financiamentos	153.891	156.919	153.891	156.919
Arrendamento mercantil	<u>12.605</u>	<u>12.685</u>	<u>12.605</u>	<u>12.685</u>
	<u>206.914</u>	<u>210.758</u>	<u>206.914</u>	<u>210.758</u>

b. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê de Finanças que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O Comitê de Finanças fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de março de 2012 e 2011.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de março de 2012 e 2011.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais***(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)***c. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro***Risco de taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política da Companhia é manter entre 5% e 35% de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
31/03/12		
Reais	+20	750
Reais	-20	(750)
31/03/11		
Reais	+20	627
Reais	-20	(627)

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Em 31 de março de 2012, a Companhia contava com quinze clientes (31 de dezembro de 2011: quinze clientes) que deviam a Companhia mais de R\$ 2.800 cada e eram responsáveis por 36% (31 de dezembro de 2011: 31%) de todos os recebíveis. Cinco clientes (31 de dezembro de 2011: cinco clientes) apresentavam saldos superiores a R\$ 5.000, sendo responsáveis por 22% (31 de dezembro de 2011: 15%) dos valores a receber.

Notas Explicativas

J. Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 50% de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o valor registrado como demonstrado nesta Nota, com exceção das garantias financeiras.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A política da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

Notas Explicativas**J. Macêdo S.A. e Consolidado****Notas explicativas às informações trimestrais**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

27 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2012, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	31/03/12
Modalidade:	
Danos elétricos	800
Vendaval	22.100
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	110.500
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	<u>116.673</u>
	<u>250.073</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. Não fez parte do escopo de revisão dos auditores, a suficiência dessa cobertura.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
J.Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J. Macêdo S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as informações intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da J. Macêdo S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controlada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

tomadas em conjunto.

Informações comparativas

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cujo balanço patrimonial está sendo apresentado para fins comparativos e as informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, foram examinadas e revisadas por outros auditores independentes, que sobre elas emitiram seu relatórios, datados de 15 de março de 2012 e 4 de maio de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Fortaleza, 4 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC 1RS-048980/O-0 T-CE

Yukie de Andrade Kato
Contador CRC PR-052608/O-4 S-CE